

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ 40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL DE 1974

Na época contemporânea, as revoluções têm sido perspectivadas por alguns dos seus protagonistas como momentos iniciáticos. A sua eclosão faria crer que a partir daquele momento todo um novo mundo se abriria para as classes até então dominadas. Mas se as doses de esperança inflam nos processos revolucionários tal não se deve a uma postura estritamente para-religiosa dos protagonistas colectivos e individuais. De facto, a percepção de que todo um novo mundo se torna possível decorre da sua própria acção política. Apesar de não ser um factor exclusivo, muito mais relevante do que o carácter programático das revoluções é o conjunto de práticas concretas que são accionadas pela classe trabalhadora num determinado processo revolucionário.

No caso da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, e que prolongaria até quase final de 1975, os trabalhadores e trabalhadoras foram capazes de se lançar à criação de inúmeras experiências de auto-organização. A autogestão de milhares de empresas, de herdades agrícolas e de comissões de moradores seriam o dado política e socialmente mais avançado atingido pela classe trabalhadora no processo revolucionário de 1974-75. Naquele contexto, o nível de auto-organização atingiu um grau quase semparalelo no conjunto das experiências da época. No quadro europeu, o processo de 1974-75 figura ao lado do Maio de 68 e do processo iniciado pelo Outono quente italiano de 1969 (Wright, 2002) e que se prolongaria pela década seguinte (Tari, 2013).

Com o propósito de cobrir alguns eixos fundamentais do processo revolucionário de 1974-75, este *dossier* começa com um artigo de João Valente Aguiar intitulado “*A relatividade da mais-valia*”, que retrata o outro lado da mobilização operária do período: o comportamento da classe capitalista dos gestores no plano político e económico ao longo de todo o século XX. Ali, o autor busca analisar a plasticidade da classe dominante em três contextos distintos: durante o Estado Novo, no processo revolucionário e na construção do regime democrático liberal. De todo esse trajecto histórico dois vectores nuclearesressaltam. Por um lado, os gestores actuaram sempre com o propósito de expandir as possibilidades de negócio mas sem nunca terem conseguido encarrear a modernização capitalista dentro dos mecanismos da mais-valia relativa. Por outro lado, o momento de maior fraqueza organizacional da classe dominante ocorreu durante o período de avanço de lutas sociais da classe trabalhadora.

Todavia, se a fracção hegemónica dos capitalistas – os tecnocratas – enveredou no processo revolucionário por uma vaga de fuga do país, o capitalismo seria salvo pelos gestores políticos organizados nos partidos da esquerda stalinista, nos gabinetes ministeriais e nas Forças Armadas. Não obstante as óbvias diferenças entre os projectos políticos, a verdade é que desbaratados os capitalistas com o processo revolucionário, só a actuação simultaneamente disciplinadora e enquadradora da esquerda dos gestores pôde evitar a difusão da auto-organização da classe trabalhadora. Como corolário, a estatização de parte relevante do tecido produtivo surgiria como a antecâmara para a posterior reconstituição do poder dos gestores tecnocratas na sociedade portuguesa.

O dossier prossegue com dois artigos dedicados à dinâmica de conflituosidade social durante o processo revolucionário português, no contexto dos locais de trabalho e nos campos do Sul de Portugal.

O texto de Miguel Pérez parte da vaga grevista imediatamente posterior ao golpe militar de 25 de Abril de 1974, delineando o seu perfil e composição para caracterizar um dos mais importantes elementos do período histórico aqui em análise: a radicalização do antagonismo entre trabalho e capital. Prossegue com uma análise ao papel do Partido Comunista Português (PCP) face à vaga grevista, nomeadamente a articulação entre a sua participação no Governo Provisório (num quadro de aliança com outros partidos políticos sob a égide dos militares do Movimento das Forças Armadas) e a sua influência sobre o movimento sindical, para se focar em seguida nos esforços para dotar as estruturas organizativas criadas no âmbito das greves (as Comissões de Trabalhadores) de formas de coordenação capazes de as converter numa alternativa aos sindicatos. O resto do artigo acompanha a sucessão dos principais acontecimentos políticos e sociais que caracterizaram o processo revolucionário português até ao seu epílogo, elegendo como eixo de observação privilegiado o movimento operário e as suas diversas oscilações organizativas.

O texto de Constantino Piçarra analisa as movimentações dos trabalhadores rurais do Sul de Portugal nos primeiros dez meses do processo revolucionário, revelando que a Reforma Agrária levada a cabo a partir de Abril de 1975 foi antecedida por uma elevada conflituosidade entre proprietários e assalariados no âmbito da contratação colectiva, que tornou inaplicável a política agrícola inicialmente projectada pelo Governo Provisório e colocou na ordem do dia um vasto processo de ocupação e expropriação de terras. Ao sublinhar a forma como as movimentações dos assalariados rurais alteraram a correlação de forças na região do latifúndio, este artigo ajuda-nos a

compreender a acção legislativa e administrativa do Estado e o modo como ela pode ser condicionada pelas modalidades de conflitualidade social que investem e percorrem o terreno da produção.

O artigo seguinte, de Ricardo Noronha, parte de pressupostos semelhantes no sentido interpretar o processo de nacionalizações levado a cabo no âmbito do que seria denominado a «via portuguesa para o socialismo», com destaque para o sector bancário. Partindo dos problemas de liquidez que afectaram as principais instituições de crédito e que moldaram a política económica adoptada pelo Governo Provisório, este trabalho passa em revista os temas da sabotagem económica, da intervenção do Estado em empresas privadas e da actuação das organizações sindicais dos bancários, para analisar os vários projectos elaborados para a reestruturação e reconversão do sistema bancário. Conclui com uma breve análise ao impacto do processo revolucionário sobre a economia portuguesa e à natureza do processo contra-revolucionário em curso desde o Outono de 1975.

Finalmente, e num registo um pouco diferente, o artigo de Luís Trindade debruça-se sobre as representações estéticas e literárias do processo revolucionário, o seu lugar na memória colectiva filtrado através de objectos como canções, filmes e romances. Partindo de algo aparentemente tão inócuo como uma canção de música ligeira composta e gravada no início da década de Oitenta, Luís Trindade sinaliza o momento em que o processo revolucionário se converteu num tema definitivamente encerrado, desfiando em seguida os seus diversos significados à luz da categoria de «cultura residual», seguindo trajectos e reflexões dos derrotados do processo revolucionário para problematizar o lugar dessa memória colectiva nas narrativas e discursos de legitimação do regime democrático surgido na sequência do derrube da ditadura.

Este dossier representa, portanto, um conjunto de pesquisas diversificadas sobre um tópico que até recentemente tinha recebido pouca atenção analítica. Acrescente-se ainda que os vários contributos não apenas se inserem num estudo multifacetado da conjuntura portuguesa mais turbulenta do século XX. Estes contributos expressam também um interesse revigorado pela prática de uma abordagem científica e crítica sobre alguns domínios constitutivos e estruturantes da contemporaneidade.